



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. GERALDO ALCKMIN FILHO)

ASSUNTO:

Dispõe sobre a movimentação da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de imóvel, alterando o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1.990.

PL. 0417/91 Art. 24, II
REDISTRIBUIDO nos termos da Resol. 10/91
as Comissões:

Trabalho, de Adm. e Serviço Público
Finanças e Tributação (Art. 54, RI)
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ADM)

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ADM)

AO ARQUIVO

em 22 de abril de 1991

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

DE 19

PROJETO N.º

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 417, DE 1.991

(DO SR. GERALDO ALCKMIN FILHO)

Dispõe sobre a movimentação da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de imóvel, alterando o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

VIDE CAPA

(AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDACÇÃO (ADM); DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ADM); E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ART. 24, II)

36



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões : Art. 24, II
Constituição e Justiça e de Redação (ADM)
Finanças e Tributação (ADM)
Trabalho, de Adm. e Serviço Público

[Assinatura]

Em 20 / 03 / 91.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 417, DE 1991
(Do Sr. GERALDO ALCKMIN FILHO)

Dispõe sobre a movimentação da
conta vinculada do FGTS para fins de
aquisição de imóvel, alterando o art.
20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de
1990.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei
nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garan-
tia do Tempo de Serviço e dá outras providências, passam a vi-
gorar com a seguinte redação:

"Art. 20.

V - pagamento de parte das presta-
ções decorrentes de financiamento habitacional ,
desde que:

- a)
- b)
- c)

VI - liquidação ou amortização extra-
ordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que haja in-
terstício mínimo de dois anos para cada movimenta-
ção;

VII - pagamento total ou parcial do
preço da aquisição de moradia própria, desde que
o mutuário conte com o mínimo de três anos de
trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa
ou em empresas diferentes;"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

[Assinatura]



JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.036/90 estabelece que o trabalhador que deseja comprar um imóvel só pode utilizar os recursos depositados na sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS se a transação for feita no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação — SFH ou se a operação for financiável nas condições vigentes para o SFH.

A progressiva defasagem, em relação aos custos de construção, dos valores máximos do imóvel e da parcela do financiamento, estipulados para as transações dentro do SFH, atingiu níveis inadmissíveis, reduzindo a qualidade dos imóveis que podem ser negociados obedecendo a esses limites.

Ao lado desse descolamento entre as condições impostas para a concessão de financiamentos no âmbito do SFH e a realidade dos preços de imóveis de tamanho e qualidade um pouco melhores, observa-se a notória impossibilidade de assalariados — mesmo dos mais bem situados na escala de remunerações — poderem arcar com o pagamento de sua moradia própria somente com o seu fluxo regular de renda.

Essas restrições têm, na prática, inviabilizado a compra de moradia própria adequada por parte de um grande número de trabalhadores — justamente aqueles que mais recursos aportam ao FGTS.

Isto posto, nada mais justo do que eliminar as referências ao SFH — cuja normatização está a cargo do Conselho Monetário Nacional — para que o trabalhador possa movimentar sua conta vinculada no FGTS com maior liberdade e, assim, ter a real possibilidade de escolher e comprar o imóvel que atenda mais de perto as suas necessidades.

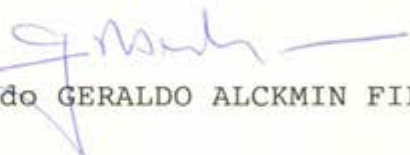
Nunca é demais lembrar que o FGTS, patrimônio do trabalhador, teve seus objetivos mais rigorosamente delimitados com o advento das Leis nº 7.839/89 e 8.036/90, que res-



• tringiram o saque dos recursos depositados nas contas vincula-
das basicamente a casos de rescisão do contrato de trabalho
e de aquisição de moradia própria. Não estando mais previstas
as hipóteses de atendimento a necessidades graves e prementes
ou de aquisição de equipamentos destinados à atividade de na-
tureza autônoma e de outras tantas listadas na Lei nº 5.107/
66, que criou o FGTS, há que se fazer valer em toda a sua ple-
nitude os usos restritos que ora vigoram para esses recursos
do trabalhador.

Face à inequívoca justiça e oportunidade de se
promover as alterações propugnadas neste projeto de lei, con-
tamos com o apoio integral dos nobres Colegas para a sua apro-
vação.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1991.


Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Art. 20 - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, oitenta por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

LEI Nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

LEI Nº 5.107 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1966 (1)

CRIA O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PROPOSICAO : PL. 0417 / 91 DATA APRES.: 20/03/91
AUTOR : GERALDO ALCKMIN FILHO - PSDB/SP ** (Art. 24, II RI) **

Dispoe sobre a movimentacao da conta vinculada do FGTS para fins de aquisicao de imovel, alterando o art. 20 da Lei no. 8036, de 11 de maio de 1990.

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)
Financas e Tributacao (ADM)
Trabalho, Administracao e Servico Publico

.....

SGM/Edilson.

PROPOSICAO : PL. 0417 / 91 DATA APRES.: 20/03/91
AUTOR : GERALDO ALCKMIN FILHO - PSDB/SP ** (Art. 24, II RI) **

Dispoe sobre a movimentacao da conta vinculada do FGTS para fins de aquisicao de imovel, alterando o art. 20 da Lei no. 8036, de 11 de maio de 1990.

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)
Financas e Tributacao (ADM)
Trabalho, Administracao e Servico Publico

.....

SGM/Edilson.



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 417/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 25 / 06 / 91 , por 3 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 28 de junho de 1991


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 417/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 11 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 417/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 11 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário